CORREIO FLUMINENSE

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DO ESTADO



Certame do órgão contempla 40 vagas para os cinco cargos

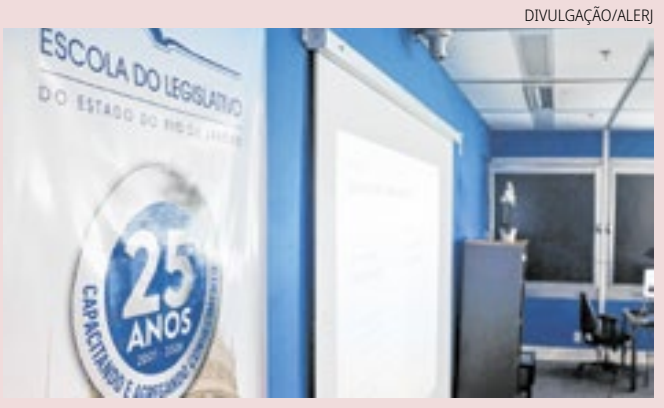
Estado homologa resultado final do concurso público do Procon-RJ

O Governo do Estado do Rio homologou o resultado final do concurso público da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-RJ). A homologação foi publicada no Diário Oficial de quinta-feira (12) e contempla 40 vagas para os cinco cargos oferecidos no certame: advogado, analista de proteção e defesa do consumidor, agente de proteção e defesa do consumidor, agente administrativo e técnico em informática. A seleção integra as ações de fortalecimento da estrutura do Procon-RJ, responsável pela execução das políticas públicas de proteção e defesa dos direitos dos consumidores em todo o estado. A publicação representa a conclusão de mais uma etapa do concurso e oficializa as listas de classificação dos candidatos aprovados, tanto para as vagas imediatas quanto para a formação de cadastro de reserva.

Encontro dos Órgãos de Controle Interno

A Escola do Legislativo (Elerj), da Alerj, irá sediar, no dia 25 (quarta-feira), o 17º Encontro dos Órgãos de Controle Interno dos Municípios do Rio de Janeiro. Batizado de "Controle Interno em Rede", o objetivo do evento é dar ênfase ao controle preventivo, por meio do compartilhamento de estratégias, experiências e boas práticas na Administração Pública. O encontro será a partir das 9h, no auditório da Elerj, no 2º andar do Edifício Lúcio Costa, sede do Parlamento fluminense.

DIVULGAÇÃO/ALERJ



Escola do Legislativo sedia evento na próxima semana

Inscrições Cederj 2027.1

O Governo do Estado do Rio de Janeiro fez a última chamada para interessados em realizar o Vestibular Cederj 2027.1 para fazer faculdade pública e gratuita. São cerca de 7.165 vagas em 16 cursos de graduação de Ensino à Distância (EAD), oferecidos por oito universidades públicas do estado do Rio. Há cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológicos, no formato semipresencial, em polos em diferentes regiões do estado. As inscrições vão até este doimingo (15), com taxa de R$ 95,00. As provas presenciais serão em 6 de dezembro.

SES-RJ debate uso da inovação

A transformação digital e o uso da tecnologia para melhorar a assistência à população foram os temas do debate "Saúde 5.0: a tecnologia a serviço do cuidado", que abriu a programação no estande da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), nesta quinta-feira (12), segundo dia da Fisweek. Especialistas explicaram que o conceito de Saúde 5.0 prevê o uso estratégico da tecnologia para otimizar serviços.

Concursos

Candidatas que amamentam filhos de até seis meses poderão fazer as provas de concursos públicos estaduais em locais próximos dos endereços residenciais declarados no ato da inscrição. A proposta consta no Projeto de Lei, de autoria do deputado Rosenverg Reis (MDB), aprovado pela Alerj, em em segunda discussão.

Texto amplia lei

O texto amplia a Lei 8.355/19, que assegura às mulheres lactantes o direito de amamentar durante as provas, e inclui acompanhamento do fiscal durante o período de amamentação. Segundo a proposta, essas mães ainda esbarram no obstáculo que é percorrer com o bebê a longa distância até o local onde ocorrerá o certame.

Medidas cautelares

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou a Resolução 91/2026, na qual outorga medidas cautelares em favor dos adolescentes e jovens adultos privados de liberdade no Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves (Cense), em Campos dos Goytacazes.

Trabalho conjunto

A decisão internacional é fruto do trabalho conjunto da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Coordenadoria da Infância e Juventude, da Coordenadoria de Saúde e Tutela Coletiva da defensora pública Carolina Hennig e do defensor público Carlos Lessa (da Vara da Infância e da Juventude de Campos).

Gravidade

A atuação da Defensoria mostrou ao órgão internacional um cenário de extrema gravidade, urgência e riscos de danos irreparáveis aos socioeducandos. A petição demonstrou um cotidiano marcado por infraestrutura insalubre, racionamento severo de água potável, sobrecarga térmica e negligência no atendimento à saúde física e mental.

Projeto Prisma

O Ministério Público do Estado do Rio conquistou o primeiro lugar com o projeto Prisma e foi premiado em outras quatro categorias do Prêmio CNMP 2026. Segunda instituição com o maior número de indicações à premiação, o MPRJ foi finalista em 5 categorias e obteve ainda três segundos lugares e um terceiro lugar.

DIVULGAÇÃO/INEA



Cooperação foi firmada durante a COP31

Estado anuncia R$ 33,8 milhões adicionais para Mata Atlântica

Cooperação fomenta pagamento por serviços ambientais

Da **Redação**

O Governo do Estado do Rio anunciou, na COP31, em Antalya, na Turquia, a ampliação da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Com R$ 33,8 milhões adicionais do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, a cooperação financiará ações de conservação e restauração da Mata Atlântica, agroecologia e fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, com execução prevista até abril de 2031. Entre as principais novidades da nova fase está a implementação do Programa Conexão Mata Atlântica, com pagamento por serviços ambientais e apoio técnico aos produtores rurais.

As metas da iniciativa abrangem 300 hectares de conservação, 1.500 hectares de restauração, 550 hectares de agroecologia e 175 hectares de boas práticas de conservação do solo, da água e da biodiversidade. O universo potencial de atendimento reúne 8.500 propriedades rurais, com participação sujeita aos critérios de seleção e às condições dos editais.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

A atuação terá como áreas prioritárias as regiões hidrográficas do Piabanha, da Baía de Guanabara e do Rio Dois Rios. Os participantes contarão com assistência técnica continuada e projetos individuais para suas propriedades, reunindo diagnóstico, ações, cronograma e indicadores de acompanhamento. O apoio abrangerá os pagamentos pelos serviços ambientais e investimentos necessários à implantação das práticas, como aquisição de mudas e sementes, cercamento de áreas em recuperação e medidas de conservação da água e do solo.

Entre as inovações está o PSA Agroecologia, que incentiva a transição para sistemas produtivos de menor impacto ambiental. O acompanhamento permitirá identificar os avanços de cada propriedade e orientar a assistência técnica e os incentivos financeiros.

A proposta reconhece os benefícios ambientais gerados também nas áreas de produção, valorizando práticas que favoreçam a biodiversidade e melhorem as condições do solo e da água. O fortalecimento das cadeias produtivas incluirá apoio à regularização e à gestão de organizações comunitárias.